

Termômetro da Inflação

Volume 3 - Número 10 - 2020



ipece INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges - Secretário (Respondendo)

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo - Secretário Executivo de Gestão

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto - Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Termômetro da Inflação

Volume 3 – Número 10 – 2020

Unidade Responsável:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Elaboração:

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas - IPECE)

Colaboração:

Aprígio Botelho Lócio (Assessor Técnico)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n

Edifício SEPLAG | Térreo - Cambéba | Cep: 60.822-325

Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521

<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o Termômetro da Inflação

É uma publicação mensal da inflação obtida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e outras nove regiões metropolitanas do Brasil além de seis municípios.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2020

Termômetro da Inflação / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2020

ISSN: 2595-0681

1. IPCA. 2. INPC. 3. Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) 4. Brasil.

Nesta Edição

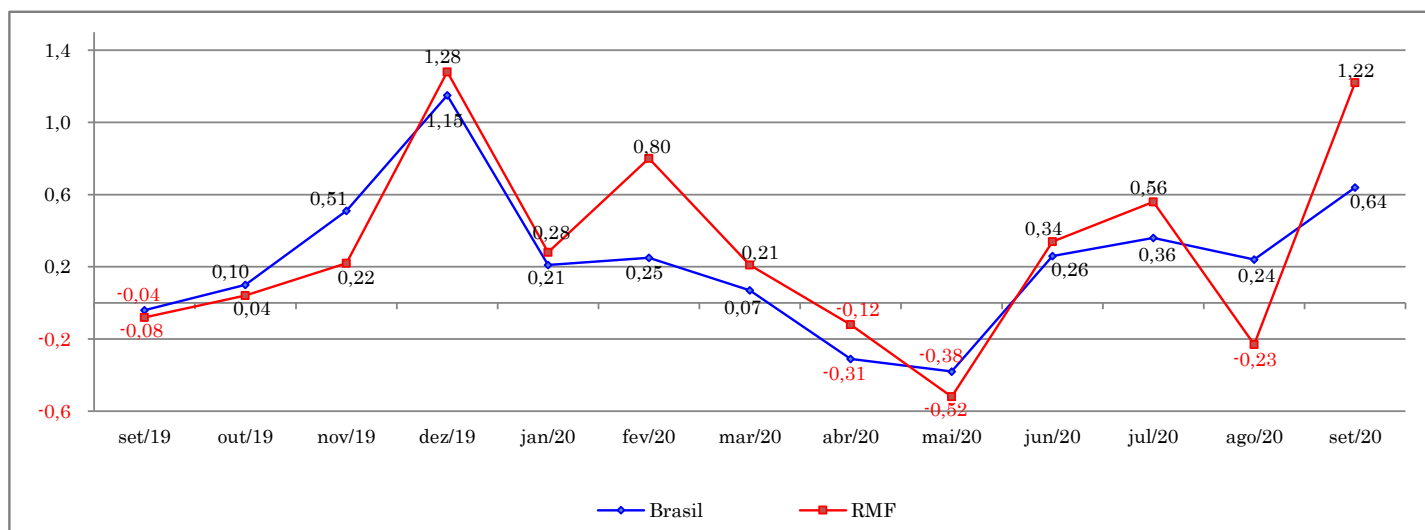
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) apresentou forte aceleração em **setembro** de 2020 ao registrar alta de 1,22% com relação a agosto.

O IPCA nacional, por sua vez, apresentou alta de 0,64%. De acordo com o IBGE, esse é o maior resultado para um mês de setembro desde 2003, quando o IPCA foi de 0,78%.

Nesse mês de setembro os grupos de maior peso que compõem o IPCA, alimentação, transportes e habitação, foram os que tiveram maior alta, o que explica a forte aceleração do índice. O grande destaque é o grupo de alimentação com a forte alta de 3,22% na RMF e 2,28% no IPCA nacional.

Por fim, com a forte alta de setembro, o acumulado dos últimos 12 meses do INPC da RMF atingiu 4,60%.

Série Histórica IPCA Mensal - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



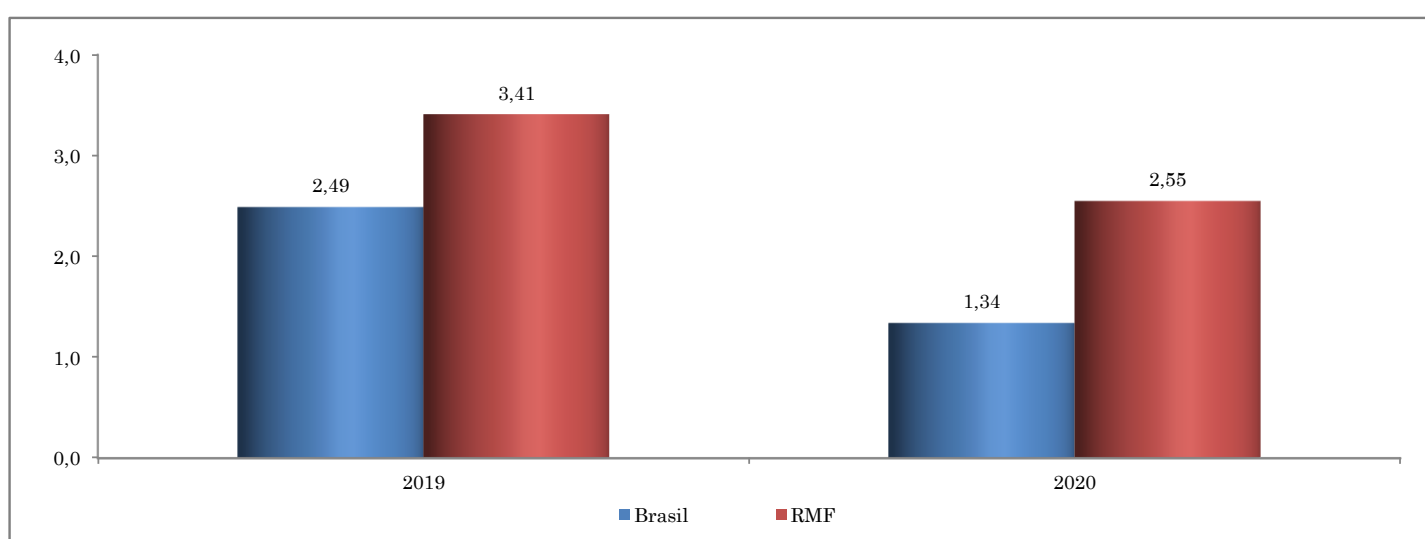
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

IPCA Mensal

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) apresentou forte aceleração ao registrar alta de 1,22% setembro de 2020 com relação a agosto.

O IPCA nacional, por sua vez, apresentou alta de 0,64%. De acordo com o IBGE, esse é o maior resultado para um mês de setembro desde 2003, quando o IPCA foi de 0,78%.

Variação Acumulada no Ano IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

IPCA Acumulado no Ano

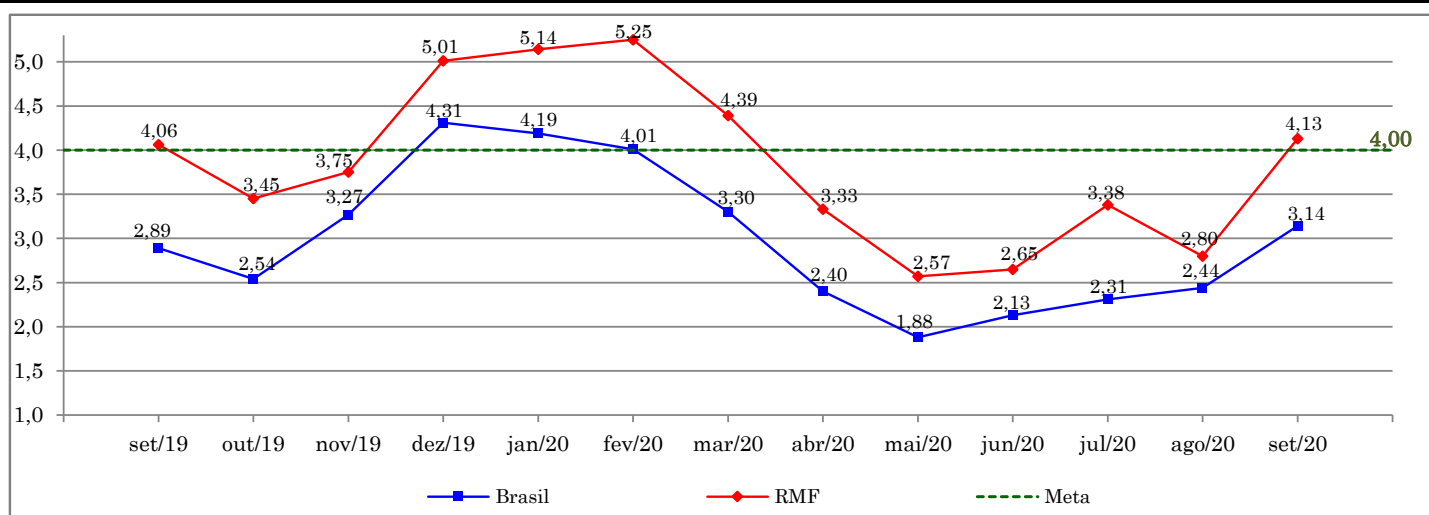
No acumulado do ano, o IPCA da RMF acumula alta de 2,55%, enquanto que o nacional o acumulado é de 1,34%.

Varição Mensal e Acumulada de 12 Meses

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	agosto	setembro	
Aracaju	-0,30	0,73	3,18
Belém	-0,04	0,95	4,37
Belo Horizonte	0,21	0,76	3,04
Brasília	0,58	0,37	2,81
Campo Grande	1,04	1,26	5,78
Curitiba	0,20	0,71	2,47
Fortaleza	-0,23	1,22	4,13
Goiânia	0,66	1,03	2,98
Porto Alegre	0,33	0,68	2,52
Recife	0,46	0,78	3,84
Rio Branco	0,54	1,19	3,36
Rio de Janeiro	-0,13	0,62	2,79
Salvador	0,13	0,23	3,31
São Luís	0,38	1,00	3,50
São Paulo	0,31	0,44	3,12
Vitória	-0,03	0,83	3,33
Brasil	0,24	0,64	3,14

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Varição Acumulada nos Últimos 12 Meses IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC)

A Tabela acima apresenta os resultados da inflação para todas as áreas abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). O Gráfico acima também apresenta a evolução do IPCA para o acumulado nos últimos doze meses para a RMF e Brasil.

Com a forte alta neste mês de setembro, o acumulado dos últimos 12 meses da RMF acelerou fortemente tendo atingindo 4,13%.

No Brasil, desde a mínima atingida em maio, o acumulado dos últimos 12 meses vem acelerando tendo atingindo 3,14% até setembro, valor ainda abaixo da meta de 4% para 2020 estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom)

Em sua 233ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 2,00% a.a. A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

No cenário externo, a retomada da atividade nas principais economias, ainda que desigual entre setores, em conjunção com a moderação na volatilidade dos ativos financeiros, tem resultado em um ambiente relativamente mais favorável para economias emergentes. Contudo, há bastante incerteza sobre a evolução desse cenário, frente a uma possível redução dos estímulos governamentais e à própria evolução da pandemia da Covid-19; em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes sugerem uma recuperação parcial, similar à que ocorre em outras economias. Os setores mais diretamente afetados pelo distanciamento social permanecem deprimidos, apesar da recomposição da renda gerada pelos programas de governo. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o período a partir do final deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais; o Comitê avalia que a inflação deve se elevar no curto prazo. Contribuem para esse movimento a alta temporária nos preços dos alimentos e a normalização parcial do preço de alguns serviços em um contexto de recuperação dos índices de mobilidade e do nível de atividade; as diversas medidas de inflação subjacente permanecem abaixo dos níveis compatíveis com o cumprimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a política monetária.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o nível de ociosidade pode produzir trajetória de inflação abaixo do esperado, notadamente quando essa ociosidade está concentrada no setor de serviços. Esse risco se intensifica caso uma reversão mais lenta dos efeitos da pandemia prolongue o ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precaucional.

Por outro lado, políticas fiscais de resposta à pandemia que piorem a trajetória fiscal do país de forma prolongada, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco. Adicionalmente, os diversos programas de estímulo creditício e de recomposição de renda, implementados no combate à pandemia, podem fazer com que a redução da demanda agregada seja menor do que a estimada, adicionando uma assimetria ao balanço de riscos. Esse conjunto de fatores implica, potencialmente, uma trajetória para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

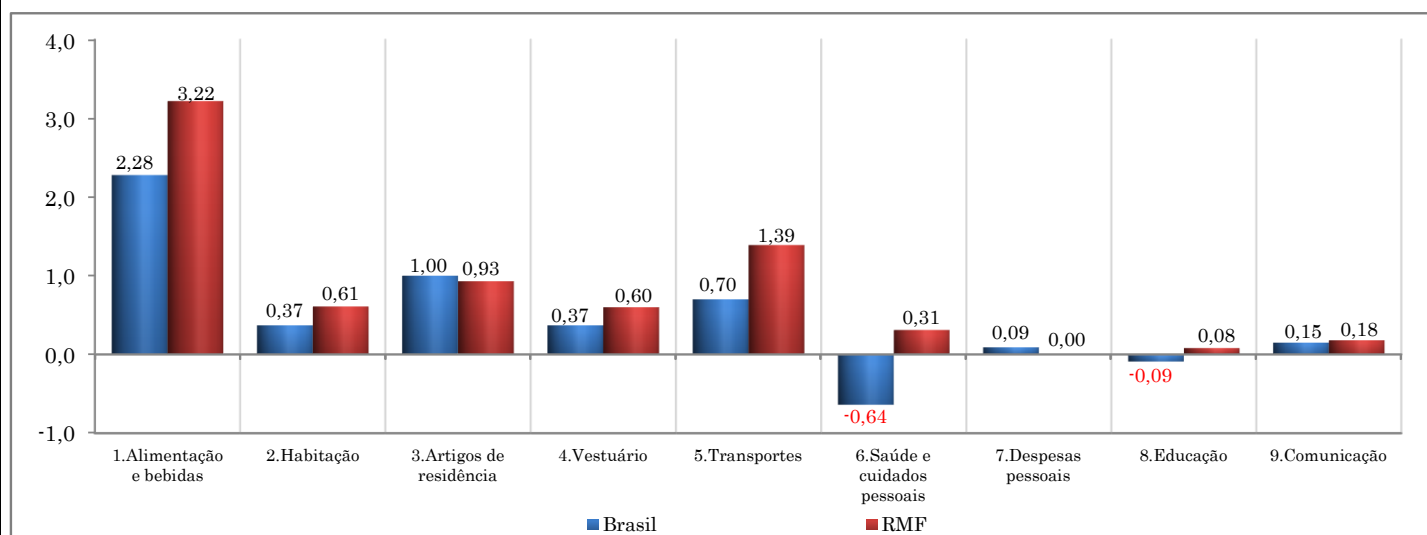
O Copom avalia que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, manter a taxa básica de juros em 2,00% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, em grau menor, o de 2022.

O Copom entende que a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconhece que, devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanescente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno. Consequentemente, eventuais ajustes futuros no atual grau de estímulo ocorreriam com gradualismo adicional e dependerão da percepção sobre a trajetória fiscal, assim como de novas informações que alterem a atual avaliação do Copom sobre a inflação prospectiva.

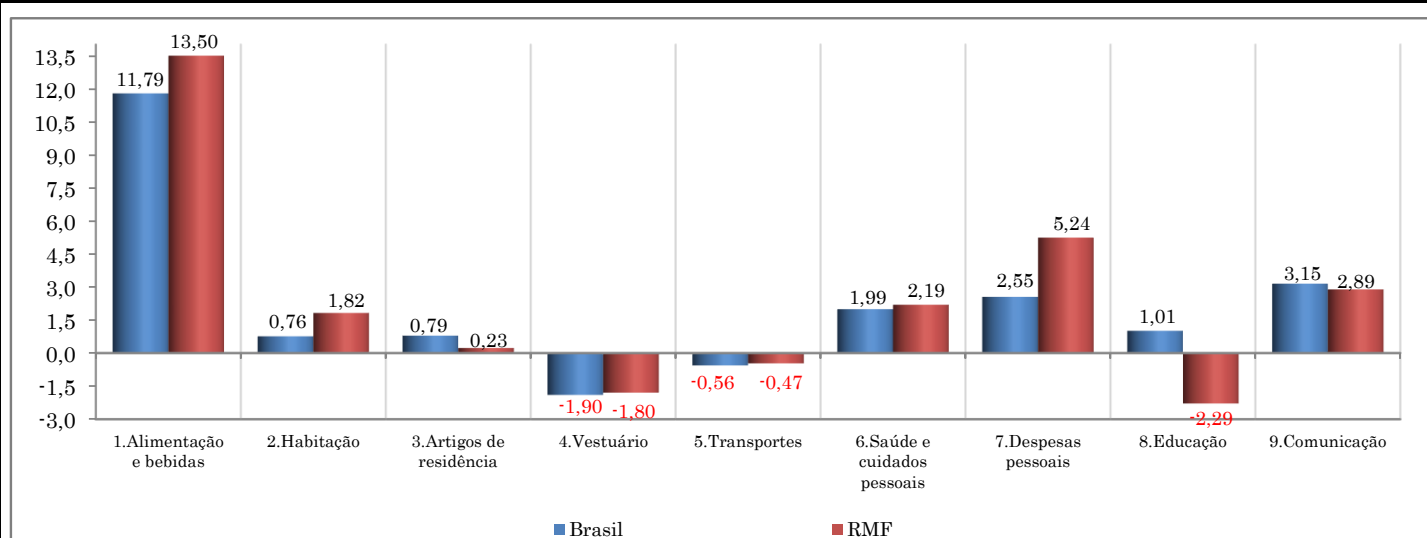
De forma a prover o estímulo monetário considerado adequado para o cumprimento da meta para a inflação, mas mantendo a cautela necessária por razões prudenciais, o Copom considera apropriado utilizar uma “prescrição futura” (isto é, um “forward guidance”) como um instrumento de política monetária adicional. Nesse sentido, e apesar de uma assimetria em seu balanço de riscos, o Copom não pretende reduzir o grau de estímulo monetário, a menos que as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, estejam suficientemente próximas da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária, que atualmente inclui o ano-calendário de 2021 e, em grau menor, o de 2022. Essa intenção é condicional à manutenção do atual regime fiscal e à ancoragem das expectativas de inflação de longo prazo.

Varição Mensal IPCA por Grupos - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Varição Acumulada por Grupos nos Últimos 12 Meses - IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



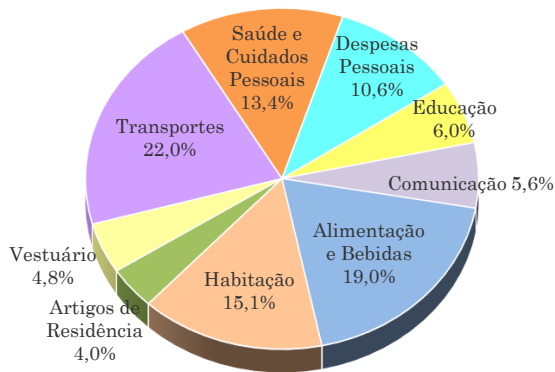
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Grandes Grupos do IPCA e Principais Itens

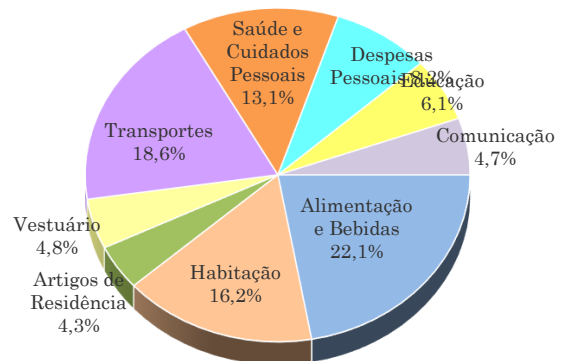
Nesse mês de setembro os grupos de maior peso que compõem o IPCA, alimentação, transportes e habitação, foram os que tiveram maior alta, o que explica a forte aceleração do índice.

O grande destaque é o grupo de alimentação com a forte alta de 3,22% na RMF e 2,28% no IPCA nacional. Transportes também tiveram forte aceleração com alta de 1,39% e 0,70%, respectivamente. O terceiro grupo de maior peso, Habitação, também apresentou alta de 1,82% na RMF e 0,76% no Brasil.

Distribuição dos Pesos por Grupo IPCA - Brasil

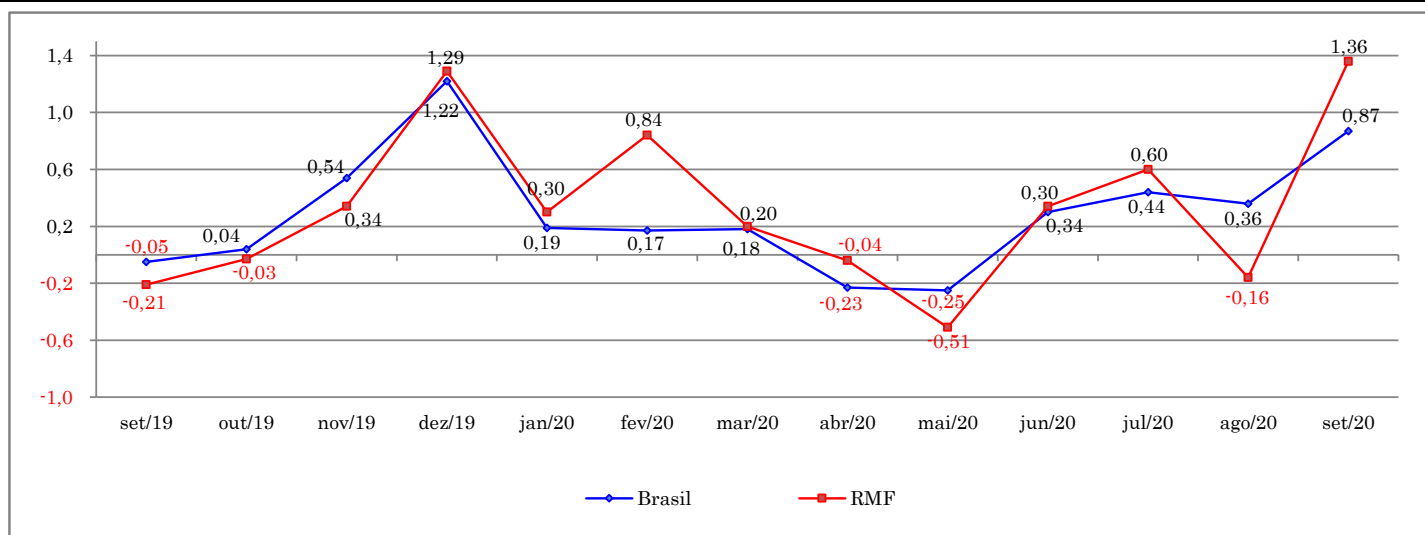


Distribuição dos Pesos por Grupo IPCA - RMF



Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

Série Histórica INPC Mensal - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



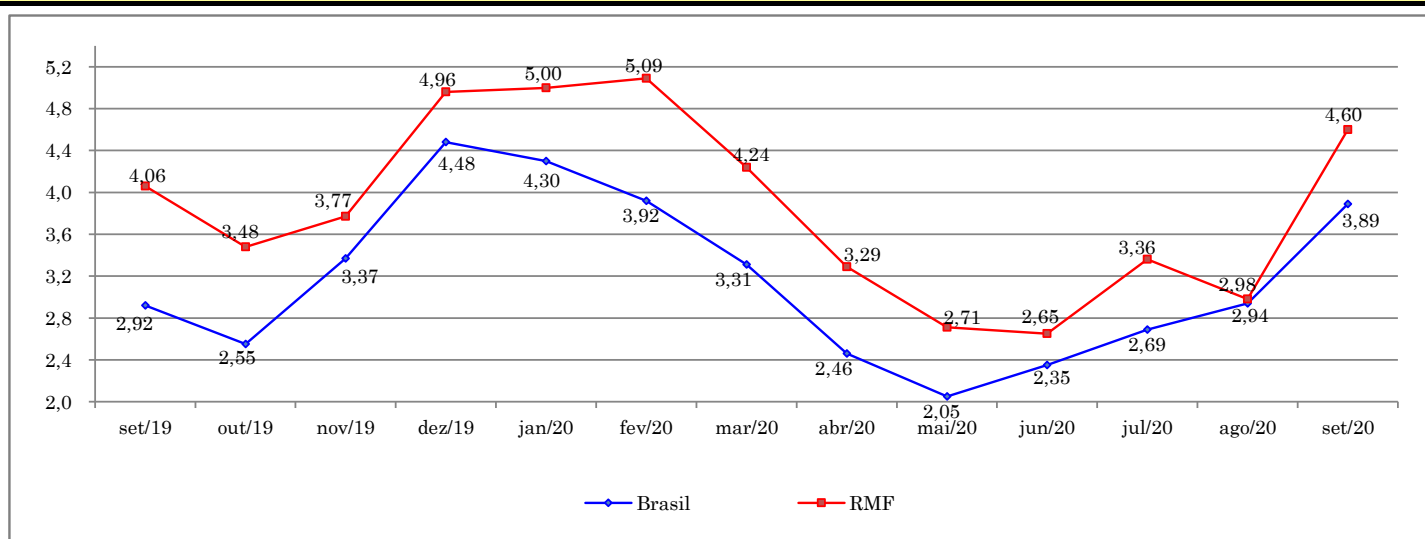
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

INPC Mensal

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) se refere às famílias com rendimento monetário de um a cinco salários mínimos. É calculado também para dez regiões metropolitanas, além de seis municípios, que são as mesmas áreas geográficas que abrange o IPCA.

Após a deflação em agosto, o INPC da RMF apresentou forte alta neste mês de setembro de 2020 registrando 1,36%.

Varição Acumulada nos Últimos 12 Meses INPC - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

INPC Acumulado nos Últimos 12 Meses

Com a forte alta de setembro, o acumulado dos últimos 12 meses do INPC da RMF atingiu 4,60%.